

SOBRE A CIDADE E O URBANO EM HENRI LÉFÈBVRE

James Amorim Araújo*

Resumo

Este artigo trata da cidade e do urbano, como formas sociais, a partir do pensamento do filósofo Henri Léfèbvre. O objetivo ao elaborá-lo foi apresentar parte de sua compreensão sobre estas formas sociais e, portanto, de suas trajetórias ao longo da história ocidental, destacando a fase crítica porque passam atualmente. Com efeito, novos métodos de apreensão da cidade e do urbano são propostos. Para Léfèbvre, o urbano encerra um potencial revolucionário, no entanto, não perceptível pelas ciências ainda por conta do "campo cego". Concluímos conclamando a um aprofundamento da discussão sobre a cidade e o urbano na Geografia.

Palavras-chave: cidade. urbano. forma social. Léfèbvre. Geografia.

ON THE CITY AND THE URBAN IN HENRI LÉFÈBVRE

Abstract

This article deals with the city and the urban, as social forms, according to the knowledge of the philosopher Henri Lefebvre. The aim was to present part of his comprehension about these social forms and, therefore, their trajectories along western history and the critical phase in the present time. As a result new methods of research about the city and the urban are proposed. To Lefebvre, the urban has a revolutionary potential, however, still do not perceived by sciences because of the "blind field". We conclude asking for a discussion about city and urban in the Geography.

Key words: city. urban. social form. Lefebvre. Geography.

Introdução

Este artigo nasceu como consequência das reflexões empreendidas acerca da cidade e do urbano, a partir do pensamento do filósofo francês

Henri Léfèbvre¹. O mote que o justifica diz respeito à instigante compreensão de Léfèbvre sobre o par de fenômenos acima como formas sociais. Para tanto, duas obras centrais nortearam nossas considerações, são elas - O direito à cidade (2001) e A revolução urbana (2004), muito embora diversas outras tenham sido entremeadas para dar suporte ou mesmo complementar à discussão

em tela.

Nossa primeira e talvez maior dificuldade foi reconhecer que a amplitude teórica presente nas obras de Léfèbvre sobre a cidade e o urbano extrapola, em muito, a reflexão até então produzida na Geografia, uma vez que esta é apenas uma ciência parcelar. Afinal a abordagem lefebvriana está no cruzamento entre a filosofia materialista e sua prática social enquanto francês, filósofo, militante e professor. Portanto, foi necessário compreender como Léfèbvre constrói seu raciocínio, isto é, como se dá o movimento de suas ideias, o que em outras palavras significou descobrir seu método também.

Além desta introdução e das considerações finais este artigo possui três partes. A primeira apresenta como Léfèbvre concebe a cidade e o urbano focalizando, principalmente, a trajetória de ambos pela história e as transformações por que passaram. Na parte seguinte, detemo-nos na discussão de alguns elementos metodológicos lefebvrianos, destacando forma dialética trinitária, além dos níveis e as dimensões com os quais podemos pensar o par de fenômenos então descritos. Por fim, pomos em relevo a possibilidade do urbano de promover uma revolução social, ao congrega e expressar as contradições fundamentais da nossa sociedade.

A cidade e o urbano

Conclui Léfèbvre que o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p. 159), enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p. 65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2001, p. 56). Para além dessas aparentes simples definições, sobre o urbano e a cidade, há um complexo encadeamento de ideias as quais tentaremos expor aqui.

O urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática. A cidade vem da história porque a ela cabem os trabalhos espiritual, intelectual (a filosofia e, mais tarde, as ciências) e de organização político-

econômica, cultural e militar. A cidade é fruto da primeira cisão da totalidade - entre a *Physis* e o *Logos*, da primeira divisão social do trabalho - entre a cidade e campo. Desde a cidade-estado grega o urbano existe enquanto potência, germe, porque como nos diz Léfèbvre “desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos (...) ele anunciava sua realização virtual.” (2004, p. 115). Ou seja, o conteúdo do urbano é a centralidade.

Mas a cidade atual não é mais a cidade-estado grega, tampouco o urbano é mais aquele primeiro ajuntamento de que tratou Léfèbvre. O que transformou e transforma a cidade e o urbano? Decerto não é a técnica autonomizada por certas leituras empreendidas pelas ciências parcelares. A cidade se tornou um dos lócus da reprodução social, na realidade, o principal; o urbano anuncia sua mundialidade em um período trans-histórico. É preciso demonstrar isso que estamos afirmando!

Comecemos por entender um pouco sobre o percurso da cidade ao longo da história. Como uma das expressões da produção social a cidade tem passado por transformações intimamente relacionadas com os modos de produção. Inicialmente, no Ocidente, a primeira cidade surgida refere-se à cidade política (a polis) da antiguidade clássica (Grécia). Esta cidade é o centro do poder dos homens livres e tem sua centralidade na Agora. Na cidade política, a divisão social do trabalho já é clara porque se, de um lado, havia sacerdotes, príncipes, chefes militares e escribas, de outro, havia artesãos, camponeses e escravos. Essa cidade é também divisão espacial do trabalho - praças, monumentos, palácios determinando-se sobre um vasto território agrícola.

O que provocou a superação dessa cidade por outra? O comércio. Durante séculos esta atividade foi mal vista e relegada aos “forasteiros” que, na cidade, faziam uso de espaços heterotópicos - locais apartados e isolados do centro. Léfèbvre, numa bela passagem, assinala que “a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento. A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão” (2004, p. 22). Trava-se uma luta de classes, cujos desdobramentos a historiografia ocidental revelou claramente - os comerciantes

tornaram-se classe hegemônica². Desde então, a praça (como expressão da centralidade) é a do mercado.

A superação da cidade política pela comercial aconteceu porque um efetivo espaço de catástrofe³ se implantou por sobre o espaço da cidade política. As condições de estabilidade da cidade política entraram em colapso com a consolidação da atividade comercial e, com efeito, a morfologia arquitetural da cidade é explodida para dar lugar ao encontro de pessoas destinadas a estabelecer a troca. A igreja e a prefeitura agora em diante estão situadas na mesma praça onde ocorre a troca. O que estas metamorfoses estão indicando? Ora, a cidade para Léfèbvre é uma transição entre a ordem próxima e a ordem distante, ou seja, entre o campo que a circunda e a sociedade em seu conjunto, logo, se a catástrofe se implanta na cidade, significa que ela também se manifesta no campo e na sociedade como um todo, mas em intensidades e ritmos diferentes. Por quê? Porque o processo social inicia uma inflexão da prática social – os senhores de terra são, progressivamente, suplantados por monarquias nacionais (condição *sine qua non* para a estabilização do comércio), na outra ponta, os camponeses passam a produzir para a cidade. As representações da relação cidade-campo, dessa época, indicam isso – o campo passa a ser o mundo das forças incontroladas e tenebrosas, enquanto a cidade torna-se o lugar da liberdade. Tal é o quadro geral do Ocidente europeu durante os séculos XVI-XVII.

A cidade comercial, sim esta nova realidade implantada por sobre o que restou da cidade política, intensifica a troca. Circuitos comerciais entre cidades são estabelecidos porque a riqueza, aos poucos, vai deixando de ser só imobiliária (terras) para ser também mobiliária (dinheiro). Nesse ritmo as estradas e rotas marítimas se consolidam. O comércio conduz ao acúmulo de dinheiro e, nesse processo crescente, são criados também os primeiros bancos. Só que a cidade comercial ainda é uma obra no sentido mesmo de uma obra de arte. Por quê? Como? Sendo um objeto concreto a cidade contém os sentidos da prática social de diferentes grupos que lutam entre si, mas que pertencem e amam sua cidade.

O valor de troca, já presente nas mercadorias, ainda não dominou a prática social, pautada no valor de uso e nos costumes, o que permite com que a festa, a reunião, a apropriação da rua ou da praça aconteçam de acordo com as possibilidades de emprego de tempo, e segundo éticas e estéticas próprias aos grupos sociais.

Doravante, com a consolidação dos comerciantes enquanto classe hegemônica, isto é, como burguesia comercial, tem-se um crescente acúmulo de riquezas e a preparação para um novo processo social conhecido como industrialização. Sem qualquer dúvida, este processo provocou profundas metamorfoses sobre a prática social e a cidade. A indústria negou a cidade e também a estrutura social presente nela. Isto equivale a dizer que uma profunda descontinuidade histórica se instalou sobre a cidade comercial. Neste aspecto, Léfèbvre considera mesmo que uma “crise gigantesca,” fruto de uma “mudança radical,” tem lugar na cidade (1972, p. 7).

A indústria, de início, prescindiu da cidade porque seu foco estava nas fontes de energia e/ou de matérias-primas localizadas, geralmente, fora da cidade. Progressivamente, a indústria se aproximou das cidades por conta da abundância de mão de obra, capitais e do próprio mercado. Este simples movimento da indústria em direção à cidade produziu profundas transformações em sua morfologia. Primeiramente, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Léfèbvre identifica como “implosão”, pois, o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois, ocorre a “explosão” da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias). Deste duplo processo (implosão-explosão) uma anticidade foi produzida, negando com extrema potência a cidade política-comercial. Essa anticidade tem como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, sobrepujando-se ao valor de uso e, conseqüentemente, a substituição da obra pelo produto. Tal fundamento esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, aplainando-as a uma condição quantitativa cuja melhor expressão está contida no cotidiano. Por exemplo, as festas outrora ricas de significações se tornaram uma repetição de signos destinados

ao consumo. É como se a cidade fosse compelida a se transformar em uma gigantesca empresa.

Aquele ciclo de inversão agrária em direção ao urbano, iniciado com o comércio se consolida agora com a indústria na cidade. O campo não é mais que uma heterotopia para os cidadãos, o lugar do atraso, mas a cidade não é mais o lugar da liberdade como outrora. Muito pelo contrário, a cidade industrial é uma "prisão do espaço-tempo". A metáfora, neste caso, é para destacar o controle do tempo social na cidade industrial, por exemplo, o tempo do deslocamento diário casa-trabalho-casa impõe ao trabalhador uma dura jornada de horas em transportes coletivos. Além das precárias condições dos meios de transporte, o que se pode fazer durante as extenuantes horas entre a ida ao trabalho e o retorno para casa? Muito pouco, talvez cochilar, ler, bater papo com os "colegas de viagem", porém, isso não altera a qualidade do espaço-tempo, muito pelo contrário, só reafirma a condição de uma "prisão".

Desse quadro no qual emerge a cidade industrial sobre as predecessoras, como se manifesta o urbano? Esta questão só pode ser esclarecida pelo método dialético. Pensada pela lógica formal a urbanização é apenas um produto da industrialização; dialeticamente, aquela supera esta porque também é um fenômeno indutor de transformações qualitativas na sociedade, ela é o "sentido da industrialização". Na cidade, esta dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises - da habitação, da segregação de toda ordem, do centro e das periferias, da violência... Onde há contradições na/da cidade irrompe o urbano pleno de sentido porque é o negativo da dispersão e da segregação! O pensamento formal presente, sobretudo, no planejamento de cidades, nega a crise e tenta minimizá-la a uma condição marginal. A cidade industrial, fruto da potência da industrialização, vive sua crise como um sintoma que anuncia transformações.

Antes de continuarmos com o raciocínio é bom que se diga que para Léfèbvre (2004) estamos vivendo em uma fase crítica da sociedade com um todo, o que inclui a cidade. Tal fase guarda o mesmo sentido daquela primeira que promoveu a inflexão do agrário para o industrial através do comércio, só que nesta segunda inversão o urbano, ou sociedade

urbana, suplantará a sociedade industrial⁴. Seu encadeamento de raciocínio a respeito dessa fase crítica é mais o menos o seguinte: com a industrialização, a história entrou em uma fase de mundialização na qual sua principal característica é disseminação das relações de produção e da lógica produtivista capitalista (crescimento econômico); destroem-se as particularidades locais em favor de uma homogeneização que viabiliza a constituição de um mercado em nível global. Por outro lado, Léfèbvre identifica resistências ao processo de homogeneização (as chamadas originalidades irreduzíveis), tais resistências apontam (isto é uma hipótese) para a instauração da diferença como característica fundante da sociedade urbana em um período nomeado de trans-histórico (1971). No entanto, na fase crítica atual vivenciamos uma luta intensa travada entre as forças homogeneizantes e as diferenciais pelo devir, mas a inversão deste mundo invertido porque centrado no capital, como um projeto marxiniiano, alcança em Léfèbvre uma dimensão extraordinariamente radical e simples porque "afirma o primado durável do habitar" (2004, p. 87).

Para o filósofo, o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, mas habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível. Sobre este direito, sabemos e realizamos muito pouco. Nossas lutas pontuais na cidade por transporte, creche, água e moradia, só para ficarmos nesses casos mais freqüentes, não significam necessariamente o direito à cidade. Na realidade, podem conduzir justamente ao oposto, isto é, incitar a prevalência da forma mercadoria, através das relações pautadas no valor de troca sobre o uso. Isto acontece porque a cidade, inicialmente na Europa Ocidental, deixou de ser apropriada enquanto obra.

Um pouco do método lefebvriano

Como as ciências parcelares tratam o processo dialético de superação da cidade industrial pela sociedade urbana? Simplesmente não tratam ainda. Por quê? Porque, segundo Léfèbvre, a

racionalidade científica não vê o que se anuncia como virtualidade (o urbano), para ele as ciências estão em um "campo cego" (2001). Os problemas urbanos (espaços malsãos) são revolvidos pela solução urbanística, quantos duvidarão disto? Bem poucos...então estamos diante do fato que as ciências parcelares têm suas "lentes" focadas ainda no "campo industrial". Elas veem a cidade como uma expressão da industrialização e o caos urbano como algo que deve ser posto em ordem sob o olhar vigilante do Estado! O campo cego aponta para um "continente" no qual não impera mais a lógica da produção e do trabalho, mas sim da reprodução e fruição. É uma nova "camada" sociológica que se sobrepõe às antecessoras (agrária e industrial).

A Profa. Ana Fani A. Carlos, ao interpretar o campo cego no qual as ciências parcelares se encontram, exprimiu com muita ênfase que na academia "vivemos dramaticamente o confronto entre a razão formal e a razão dialética"⁵. Afinal aquela razão "dissimula" a contradição porque pensa a realidade a partir do princípio fundamental da lógica formal, quer seja, o da identidade $A=A$. Este princípio, quando somado à condição de estabilidade sensível que a forma comporta, opera, na análise, o rompimento da forma com aquilo a transforma - o seu conteúdo em processo. As ciências parcelares tornaram-se reféns dessa razão, por isso, a dificuldade de restituir o lugar do pensamento crítico a esta sociedade e, logo, a resistência de se teorizar as contradições desse mundo. Não que se descarte a razão formal em favor da razão dialética, mas aquela tem que ser entendida como um momento desta. Somente quando o outro (o negativo) é alçado à condição de equivalente contraditório, de qualquer processo, é que atingimos à condição de pensar dialeticamente a realidade. Por isso, a razão dialética conduz-nos a uma inteligibilidade capaz de apreender (teórica e pela prática) a multiplicidade de contradições da realidade urbana, mas para isso, também se faz necessário pensar em mediações.

Léfèbvre pensa a realidade em suas contradições e conflitos pela lógica dialética e expõem seu pensamento através da forma trinitária. Tal forma pressupõe três elementos em interação e negação, por exemplo, forma, função e

estrutura; vivido, concebido e percebido; agrário, industrial e urbano etc⁶. A própria problemática que estamos tratando aqui é, na realidade, uma discussão também trinitária, porque a cidade, já dito anteriormente, é uma mediação espaço-tempo entre um nível superior e outro inferior.

O nível superior age em uma escala espacial muito ampla e tem o Estado e o poder econômico com agentes privilegiados. Ele se instala na morfologia prático-sensível da cidade através de diversas formas - órgãos federais, sede de empresas e bancos etc, sua lógica se expressa como uma ordem em consonância com as classes dominantes (apesar de haver conflitos isto não é a regra geral) e põe em ação estratégias que instauram controle e coações na cidade. Essas estratégias ganham a forma de subsistemas urbanos (circulação, vigilância, informação, etc.) os quais, em conjunto, parecem indicar a busca de um sistema total.

O nível ecológico ou privado, onde o habitar corresponde à ação principal, constitui o ponto de partida de informações e de chegada de ordens. Este nível é o que modula a cotidianidade atual, pautada no consumo em massa. Apesar de não ser o objeto da nossa discussão, é importante sublinhar o detalhado estudo sobre a vida cotidiana e sua correspondência com a modernidade, através daquilo que Léfèbvre denomina de Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido (SBCD)⁷.

Ainda sobre a forma trinitária podemos pensar e apreender os níveis acima, em escalas crescentes, da seguinte maneira: o arquitetônico ou do habitar (microsociológico), o urbanístico ou o da cidade (macrossociológico) e, finalmente, o nível territorial ou global (Estado-país/mundo). Há aqui uma lei ou princípio entre os níveis: eles se interpenetram e se superpõem sem, no entanto, se anularem.

Já o fenômeno urbano, enquanto outra relação espaço-tempo, diferente da agrária ou da industrial, requer que estabeleçamos suas dimensões, as quais revelam as propriedades ou qualidades topológicas. Léfèbvre compreende que o urbano é uma mensagem a ser decodificada, para tanto, ele propõe um procedimento metodológico composto de três dimensões: a simbólica, a paradigmática e a sintagmática.

A dimensão simbólica se refere às ideologias (aos desejos) e às representações presentes no urbano, pois, enquanto dimensão da linguagem, ela revela o sentido (e contra-sentidos) da estrutura social, muito embora o conteúdo permaneça oculto.

A dimensão paradigmática diz respeito à projeção das relações sociais no espaço, por isso, as propriedades topológicas são pensadas a partir de uma rede de oposições espaciais pautadas nas relações de isotopia (o meu, o nosso lugar), de heterotopia (o do outro) e de utopia (lugar neutro). Enquanto propriedade, esta dimensão serve para indicar o sentido da produção e apropriação do espaço.

Por fim, a dimensão sintagmática ligada aos sistemas e, propriamente, à sistematização da prática urbana que regula percursos, ações entre os espaços topológicos. Esta dimensão, segundo Léfèbvre, é hoje a mais predominante das três, pelo simples fato de que vivemos em uma sociedade que se pretende um sistema (1966, p.259). Consideremos para ilustrar isso obras literárias como Admirável mundo novo de Aldous Huxley.

Poderíamos entender também as dimensões simbólica, paradigmática e sintagmática como sendo, respectivamente, a poiésis (sentido), a *technè* e a praxis, ou seja, as três dimensões elementares de apropriação e organização do mundo. Tais dimensões permitiriam, no entanto, apreender a cidade e o urbano tão somente como um sistema de signos. Apesar do reconhecimento da importância do método lingüístico para as ciências sociais, Léfèbvre (2004) considera que ele ainda é um momento formal de análise.

Por outro lado, na fase crítica por que passam a cidade e o urbano os níveis e as dimensões tendem a se confundir, isto é, por conta da implosão-explosão da cidade e o anunciar da mundialidade do urbano, tudo aparece como fragmentos estilhaçados que escondem o essencial – a exploração e as lutas contra isso tudo. Tem-se assim uma problemática complexa, que ciência parcelar alguma é capaz de dar conta, tampouco o que conhecemos por interdisciplinaridade. Por isso, para perscrutar a cidade e o urbano, através dos níveis e dimensões acima descritos, é

preciso encaminhar, teórico-metodologicamente, a problemática pela relação dialética entre forma e conteúdo.

Só através do estabelecimento de formas é possível dar estabilidade ao fluxo contínuo de transformações sociais. Os conteúdos sociais tal como Léfèbvre (1966; 2001; 2004) os indica são um contínuo que fustiga nossa capacidade de denominação e estabelecimento de fronteiras (limites formais). A forma é como um “contentor”, fruto da *technè*, que “imobiliza” e codifica, mesmo que provisoriamente, os conteúdos da prática social. A esse respeito existem várias modalidades de formas: lógica, contratual, prático-sensível, urbana, etc. Além disso, há outro limite não menos importante - as ciências parcelares, pelo uso abusivo da lógica formal, tendem a cindir as formas de seus conteúdos, o que inviabiliza, *a posteriori*, o encaminhar de análises dialéticas, ou seja, de se revelar as contradições. Isto também se aplica ao que estamos tratando aqui - a cidade e o urbano.

A cidade responde aos conteúdos sociais ao longo do tempo histórico, quanto a isso nenhuma novidade até então, mas o que é instigante é pensar a cidade e urbano como formas em interação dialética. Tal interação decorre pelo fato de que o urbano é a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, enquanto que a cidade é a forma material (prático sensível) que viabiliza ou não o urbano. Se este existe desde a primeira cidade (a polis), mesmo que potencialmente, é correto dizer que outros conteúdos sociais, e suas respectivas formas, agiram e agem sobre a cidade com tanta força quanto o urbano. Por exemplo, na cidade industrial a forma mercadoria e seu conteúdo, o valor de troca, conduziram-na a uma condição de equivalência intercambiável - desde os lotes de terra perpassando pelos encontros, reuniões, trocas, etc., o que vigora é contrato de compra e venda. Por conseguinte, o que impera na cidade industrial é a segregação socioespacial que nega tanto a cidade, porque lhe torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação de tempo e espaço. O outro deste intrincado processo não aparece senão como residual, seja para as ciências parcelares, seja para o político. O que acontece quando se regulariza os lotes de terra de uma

“invasão”?⁸

No livro “de lo rural a lo urbano” Henri Léfèbvre afirma que “as questões da cidade, da planificação urbana, da reconstituição da cidade, põem em questão uma parte das estruturas fundamentais da sociedade existente” (1973, p. 206). Ainda continuando com seu raciocínio, em outra passagem da mesma obra, diz o filósofo “a segunda onda revolução mundial estará marcada (...) pela reforma urbana (...)” (1973, p. 206). Tais considerações são de uma envergadura política considerável, mas o que o urbano e a cidade trazem consigo que seja identificável como potencialmente capaz de promover uma revolução? Da mesma maneira de como ele tece suas críticas não seria isto pura verborragia...?

A relação entre forma e conteúdo, em um sentido mais profundo, isto é, filosófico, revela-se pelo embate entre o pensamento de Heráclito (transformação) e o de Parmênides (permanência), e impõe que busquemos o caminho do meio, pois, a realidade se resolve através de mediações. Léfèbvre no seu livro *O fim da História* (1971) discute longamente as formas modernas da reflexão sobre as mediações, mas destaca o embate entre o percurso de Hegel-Marx no qual a mediação tem lugar por meio da superação conservativa (*Aufheben*), e o percurso de Nietzsche que nega a ideia de mediação porque “a memória histórica é mortal para a espécie humana irremediavelmente falhada” e, assim, defende uma superação total (*Überwinden*). Embora considere as reflexões de Nietzsche particularmente potentes, Léfèbvre mantém-se fiel ao percurso Hegel-Marx, o que significa problematizar as mediações entendendo-as como meios revolucionários capazes de superar a racionalidade limitada do período industrial e, do próprio Estado, por uma superior porque mais complexa, fruto da prática social da sociedade urbana.

Da reforma à revolução urbana

Durante a época de Marx a preocupação teórica central foi revelar como a produção de mercadorias se estruturava e as consequências sociais disso. Atualmente, Léfèbvre indica outro

campo de atenção teórica marxista, aquele relacionado à reprodução social. Nesta temática, o autor vai demonstrar claramente como a cotidianidade dos cidadãos foi sendo, ao longo do século XX, sistematicamente controlada e de como as necessidades foram criadas e emolduradas sob a aura da modernidade, na qual o culto da satisfação efêmera tornou-se o essencial dessa sociedade. A finalidade, o sentido, desta sociedade que dirige o consumo é a cibernetização do cotidiano através de subsistemas, a exemplo da moda, do automóvel, da publicidade etc. (1991). Tais subsistemas têm a cidade como seu lócus privilegiado de ação.

Se a vida na cidade e ela própria tendem a ser pura lógica, um sistema total, isso significa então que a tese de uma revolução mundial promovida pelo urbano está fadada a não acontecer. Ora, Léfèbvre tem consciência das possibilidades colocadas diante de nós, ele sabe que aquilo que torna forte esta sociedade é também seu “calcanhar de Aquiles”. O que pesa sobre nossa cotidianidade, o consumo dirigido, é corolário da ideologia do crescimento econômico e esta ideologia obsessiva marca a fase de mundialização do capitalismo industrial e, consequentemente, da cidade industrial. Contudo, os limites dessa fase de crescimento econômico há muito apontam no horizonte, seja pela crise ecológica sem precedentes, seja pela crise da cidade conduzida pela segregação socioespacial que, dentre outras coisas, conduz a uma alarmante violência, traduzida geralmente como desordem. Por isso, Léfèbvre classifica a fase histórica atual como crítica, porque não dá para superar o que estamos vivenciando sem antever uma catástrofe, uma ruptura profunda (descontinuidade) deste círculo vicioso de crescimento “a todo custo”. Talvez seja por conta dessa compreensão Léfèbvre tenha elevado a condição urbana de reforma para revolução.

Poderíamos afirmar, prematuramente, que Léfèbvre entende a revolução a partir de uma leitura clássica marxista, na qual a classe proletária ocupa um papel central. Ledo engano! A revolução entendida pelo filósofo se faz em outros termos, menos restritivos do que aqueles imputados à classe operária e sua “missão histórica”. Isto pode ser observado em diversas passagens na obra do

autor, mas para ilustrar, citemos a que se segue abaixo, na qual Léfèbvre analisa a Comuna de Paris,

A Comuna de Paris fornece o mais belo exemplo de ideologização duma história e da história. Uma imagem mítica, uma interpretação partidária (na acepção precisa deste termo) entrou na cultura e impôs-se esmagando as outras versões. Oficialmente, pode-se dizer que a Comuna de Paris foi uma revolução proletária, a primeira (...) Donde veio o seu fracasso? Duma ausência; faltava aos participantes da Comuna um partido político capaz de dirigir a acção revolucionária.

Sobre esta imagem ideológica, quantas reservas a formular! O movimento popular, no fim do assédio de Paris, não reunia apenas operários, então pouco numerosos e difíceis de definir como tais. Os seus objetivos? Tão vastos como confusos. (...) Na luta estava em jogo a Cidade e o seu Centro. A Comuna de Paris não era apenas um meio político, um instrumento, mas mais e melhor: o sentido da luta. (1971, p. 288-9).

Ou seja, Léfèbvre buscou demonstrar que a revolução não está apenas nas mãos da classe operária, mas e, principalmente, nas mãos do movimento popular. Portanto, sua compreensão sobre a classe operária possui um senso muito mais amplo do que aquele cunhado por Marx e Engels, pois, se aos periféricos a condição de exploração é inquestionável, então estes seriam, na sua interpretação, a "classe" que fomenta a revolução.

E como o urbano intervém nessa fase crítica? O urbano de induzido (pela industrialização) torna-se indutor, mas não de quantidades e sim de qualidades. Essas qualidades (seu conteúdo) estão relacionadas com aquilo que Marx e Lênin já discerniam como desenvolvimento e Léfèbvre, depois, como diferença. Na realidade, o cerne está na tese de que o urbano restituirá o desejo

como contraponto das necessidades mediadas pelo código contratual de compra e venda. Isso é o negativo. Diante disso, não podemos esperar ou conceber que esta fase crítica não vá intensificar os conflitos, pelo contrário, tudo na cidade aponta para caos. Talvez fosse o momento de recuperarmos alguns ensinamentos contidos nas tragédias gregas que tratam da catástrofe da cidade política.

Do caos implantado sobre a cidade industrial, o urbano poderá restituir, como possibilidade, a reapropriação da unidade tempo e espaço. Para tanto, o urbano precisará superar dialeticamente a prática atual de compra e venda do tempo e espaço. Tal possibilidade, se realizada, será a riqueza suprema dos seres humanos. Por outro lado, isto não significa que o urbano superaria todas as contradições anteriores. Na realidade, ele as absorveria e as transformaria de maneira diferente em cada lugar.

Pela compreensão de Léfèbvre, este momento de transição, de fase crítica, não indica um fim da histórica, mas a passagem para outro período nomeado de trans-histórico. A diferença básica entre este período e o anterior, o histórico-industrial, reside, em resumo, na diversificação e multiplicação do uso do tempo. Para Léfèbvre, no período trans-histórico começa o "reino da diferença" (1971, p. 270) no qual há a restituição do desejo. Contudo, do ponto de vista da teoria, seria necessário recuperar a noção marxista de apropriação porque assim se poderia compreender como ocorreria a desalienação, condição *sine qua non* para a restituição do desejo e a consolidação da diferença.

Pensar a diferença como a qualidade que marca a prática social do urbano requer uma capacidade de ir além, muito além, dos conceitos e representações de que dispomos atualmente. Significa pensar o impossível (a revolução total) para se atingir o possível; pensar o trajeto e o projeto, isto é, um objetivo e uma finalidade inseparáveis; pensar o discurso e o percurso, ou o mental e o social; por fim, significa pensar a diferença como expressão do desejo religado à apropriação do tempo e do espaço. Como afirma o filósofo, o direito à diferença diz respeito uma pessoa que "não quer nem de longe imitar qualquer

grande modelo, nem se identifica com ele, esta pessoa não tem outra saída senão de querer-se outra. Ela já é diferente” (1970, p. 51). Difícil pensar com esses conceitos? À primeira vista sim, mas basta que olhemos com cuidado este mundo para que percebamos quantos sintomas e indícios de transformações da prática social acontecem agora e o que devir aponta. Para Léfèbvre é preciso ter especial atenção “com a guerrilha urbana e as vastas reuniões de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos, de amor, de erotismo, de fruição (...) (1971, p. 281).

O que considerar finalmente?

Tentamos, ao longo dessas poucas páginas, resgatar parte da riqueza do pensamento lefebvriano a respeito da cidade e do urbano. Sabemos que muitas discussões não foram aqui contempladas, pois, este artigo reflete também os nossos limites de apreensão e compreensão. Entendemos que atingir um nível razoável de compreensão da obra de Henri Léfèbvre requer um esforço considerável. É preciso perceber seu método de encadeamento de ideias, conceitos, enfim, entender não só o que ele pensa, mas, sobretudo, como ele pensa.

Também precisamos superar os limites da nossa formação acadêmica, extremamente pautada na lógica formal, para começar a refletir dialeticamente este mundo e suas contradições. Neste sentido, devemos destacar a contribuição do curso sobre a cidade e o urbano, ministrado pela Profa. Ana Fani A. Carlos, porque nos conduziu a um primeiro movimento e/ou momento de superação da lógica formal. Sinceramente não foi fácil, mas sem dúvida, necessário!

A cidade e o urbano são formas sociais.

Esta seja talvez a maior aprendizagem que tenhamos obtido com base nas obras aqui arroladas. No entanto, não basta pensá-las apenas como produto, porque assim, tanto negligenciamos seus conteúdos quanto a maneira de apreendê-los, isto é, dialeticamente. O exercício de uma lógica dialética pressupõe, como já dissemos, a lógica formal, mas apenas como um momento. A lógica dialética se elabora, em Léfèbvre, através das tríades porque ele pensa o conflito formaconteúdo se realizando por mediações. À medida que percebemos isto, também entendemos que o movimento de compreensão também se realiza para além do próprio filósofo, isto é, faz-se absolutamente necessário ir às fontes da lógica dialética, ou seja, Marx e Hegel.

Em relação à Geografia, este artigo procurou incitar uma discussão mais de fundo a respeito da noção de forma social. Pragmaticamente, na Geografia, tem-se pensado as formas apenas como materialidade, isto é, formas-objeto ou formas-conteúdo, no entanto, em Léfèbvre, as formas são expressões das estruturas, logo, há formas materiais (prático-sensíveis) como a cidade, mas também formas não-materiais, porém concretas, como as formas lógicas presentes nas relações contratuais. Infelizmente, a elaboração de uma teoria das formas em Léfèbvre ficou inacabada, mas suas indicações são preciosas e merecem ser desenvolvidas.

Enfim, é necessário ainda superar o preconceito enraizado na academia contra a crítica como instrumento de produção de conhecimento. Sem crítica à sociedade, o que inclui as ciências parcelares, nada de conhecimento. Neste aspecto, a Geografia tem um longo percurso ainda por realizar, no entanto, há sem dúvida uma importante contribuição a ser ofertada por esta ciência à teoria social.

Notas.

1. As reflexões que este artigo expressa são fruto das leituras e discussões empreendidas no curso “A cidade e o urbano na obra de Henri Léfèbvre”, do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP no segundo semestre de 2006.

2. Segundo Léfèbvre (2004, p. 23), a função

comercial das cidades européias se estabeleceu, aproximadamente, no século XIV.

3. Este conceito, espaço de catástrofe, procura representar a superação de uma espacialidade por outra, através das descontinuidades em sua morfologia. O elemento causativo de um espaço

de catástrofe está vinculado às transformações do modo de produção e, conseqüentemente, da reprodução social. Sobre este conceito ler: LÉFÈBVRE, Henri. *De l'État* Les contradictions de l'Etat moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

4. Como é a periodização do tempo em Léfèbvre? Basicamente o filósofo trabalha com períodos e fases. Os períodos se referem a uma longa duração de tempo e caracterizam-se como tipos de "camadas" sociológicas – agrária, industrial e urbana-, sobrepostas nesta sequência. Já as fases são subdivisões desses períodos, por exemplo, a fase comercial é uma transição entre os períodos agrário e industrial.

5. Trecho de discurso emitido pela Profa. Ana Fani A. Carlos em aula no dia 31 de agosto de 2006.

6. Na obra *la presencia y la ausencia: contribución a la teoria de las representaciones* (2006), Henri Léfèbvre expõe didaticamente um amplo conjunto de tríades.

7. Léfèbvre descreve assim a cotidianidade moderna: "O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo.(...) Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da SBCD, assim como a sua moldura, a modernidade.(...) mas se o círculo não consegue fechar-se...é porque alguma coisa de irreduzível se opõe" (p. 82). Cf. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

8. A Profa. Ana Fani A. Carlos volta e meia trazia esta questão para os debates para que pudéssemos refletir sobre a cidade atual. Ela (a questão) ajuda bastante a pensar como as ciências parcelares agem em consonância com o político e de como o debate sobre a problemática urbana está todo ideologizado.

Bibliografia

LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

_____. *De l'État 4*. Les contradictions de l'Etat

moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

_____. *De lo rural a lo urbano*. 2 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

_____. *Espacio y política: El derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones península, 1972.

_____. *O fim da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1971.

_____. *Le manifeste différentialiste*. Paris: Gallimard, 1970.

_____. *Le langage et la société*. Paris: Gallimard, 1966.